



PB Rural 2
Sustentável

PLANO DE
ENGAJAMENTO
DE PARTES
INTERESSADAS (PEPI)

PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS – PEPI

ESCOPO

ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATÓES

PNVs – Planos de Negócios para Viveiros	08
PRADs – Planos de Recuperação de Áreas Degradadas.....	08
ACs – Associações Comunitárias.....	08
CARs – Cadastros Ambientais Rurais.....	09
PNBCSs – Planos de Negócios para Bancos Comunitários de Sementes.....	09
PNBCSs - Planos de Negócios para Bancos Comunitários de Sementes.....	10
PAA – Programa de Aquisições de Alimentos.....	10
PEPI – Plano Engajamento de Partes Interessadas.....	12
CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.....	14
ODE - Orçamento Democrático Estadual.....	19
CMDRS - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.....	20

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1- PARTES AFETADAS	16
TABELA 2- GRUPOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS E VULNERÁVEIS	17
TABELA 3- OUTRAS PARTES INTERESSADAS	17
TABELA 4 - ESTRATÉGIA DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS - COMPONENTES 1 E 2.....	26
TABELA 5 - ESTRATÉGIAS DE ENGAJAMENTO DE GRUPOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS E VULNERÁVEIS.....	28

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - CALENDÁRIO ODE 2025.....	22
-------------------------------------	----

Sumário

APRESENTAÇÃO	6
1. INTRODUÇÃO	7
2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS	12
3. METODOLOGIA.....	18
4. ATIVIDADES E CONSULTAS ÀS PARTES INTERESSADAS NA PREPARAÇÃO DO PROJETO	19
4.1. APRENDIZADOS E ACÚMULOS DO PB RURAL SUSTENTÁVEL I.....	20
4.2. ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO ESTADUAL (ODE)	21
5. PROGRAMA DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS.....	23
5.1. PRINCÍPIOS.....	23
5.2. MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	24
5.2.1. <i>Materiais e ferramentas de comunicação</i>	24
5.2.2. <i>Canais de diálogo e escuta ativa</i>	25
5.2.3. <i>Calendário e atualizações</i>	25
5.3. ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS DO COMPONENTE 1 E 2	25
5.4. ESTRATÉGIA PARA ENGAJAMENTO COM GRUPOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS E VULNERÁVEIS	27
6. RECURSOS E RESPONSABILIDADES	31
6.1. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PEPI.....	31
7. MECANISMO DE ATENDIMENTO, INFORMAÇÕES E RECLAMAÇÕES.....	31
7.1. PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS NAS ATIVIDADES DE MONITORAMENTO E PREPARAÇÃO DE RELATÓRIOS.....	34
7.2. INDICADORES.....	35
7.3. RELATÓRIOS	36
7.3.1. <i>Apresentação de Relatórios às partes interessadas</i>	36
8. MONITORAMENTO E PREPARAÇÃO DE RELATÓRIOS.....	36
9. CRONOGRAMA E ORÇAMENTO	36
10. ANEXOS.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Plano de Engajamento das Partes Interessadas - PEPI do Paraíba Rural Sustentável II, de acordo com o novo Quadro Ambiental e Social (ESF – Environmental and Social Framework) do Banco Mundial, que estabelece as diretrizes que devem ser respeitadas pelo mutuário, no âmbito ambiental e social do empreendimento.

O Quadro Ambiental e Social consiste em 10 Normas Ambientais e Sociais (NAS) das quais, a de número 10, denominada Engajamento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações, consiste no atendimento aos seguintes objetivos:

- Estabelecer uma estratégia sistemática das partes interessadas,
- Permitir que as opiniões sejam consideradas na concepção do Projeto,
- Promover engajamento eficaz e inclusivo das partes afetadas,
- Garantir divulgação dos riscos e impactos socioambientais do Projeto, e
- Garantir meios acessíveis para a comunidade manifestar queixas e dúvidas.

O documento foi preparado pela Unidade Gestora do Projeto (UGP), com base nas informações fornecidas pelas equipes das Secretarias de Estado envolvidas e das áreas de abrangência e influência do Projeto, bem como pelo Banco Mundial.

O PEPI será submetido à divulgação e manifestação voluntária pública com a finalidade de aperfeiçoamento do Projeto, tendo em vista a coleta do máximo de contribuições das partes interessadas, podendo essas, se for o caso, ser complementadas ao longo do processo de implementação do Projeto. Depois de consentâneo, será finalizado e devidamente publicado.

1. INTRODUÇÃO

O Estado da Paraíba tem um histórico de parceria com o Banco Mundial em iniciativas de combate à pobreza rural e desenvolvimento sustentável desde a década de 1978, com operações em apoio ao pequeno produtor, eletrificação rural, abastecimento de água, redução da vulnerabilidade agroclimática, entre outros. O Projeto Paraíba Rural Sustentável, em finalização, financiado pelo Banco, mantém investimentos em Acesso à Água, Redução da Vulnerabilidade, Acesso a Mercado e Informações Agroclimáticas e Informações Climáticas e, também, Tecnologias Sociais e Assistência, bem como no fortalecimento das capacidades das organizações comunitárias envolvidas.

Agora o Estado busca viabilizar um novo Projeto, complementando as atividades do primeiro, principalmente nos aspectos relacionados à promoção de uma melhor qualidade de vida da para a população rural, para aumentar a resiliência da agricultura familiar paraibana, por meio de investimentos em infraestrutura, no desenvolvimento de sistemas de produção mais eficientes e sustentáveis e melhor inserção nos mercados, melhoria da habitação e do saneamento rural, proteção/recuperação/gestão dos recursos ambientais.

O PARAÍBA RURAL SUSTENTÁVEL II

OBJETIVOS

GERAL

Promover uma melhor qualidade de vida da população rural, aumentando a resiliência da agricultura familiar paraibana, por meio de investimentos em infraestrutura, desenvolvendo sistemas de produção mais eficientes e sustentáveis e melhor inserção nos mercados, melhorando a habitação e o saneamento rural, protegendo e recuperando os recursos ambientais.

ESPECÍFICOS

(i) Fortalecer a resiliência da população rural, diminuindo a sua vulnerabilidade climática, com o reforço dos sistemas hídricos de captação e armazenamento de água e de saneamento; melhoria de moradias precárias; melhoria do acesso rural; da implantação de fontes de energia limpa e renovável; e da ampliação da inclusão digital no meio rural;

(ii) Contribuir para a proteção e restauração dos recursos ambientais e uma maior adaptação às mudanças climáticas, por meio do combate à desertificação, da restauração de áreas degradadas e sob ameaça de degradação, e da promoção de sistemas produtivos de baixo impacto ambiental;

(iii) Transformar os sistemas produtivos, dos agricultores familiares do semiárido, buscando aumentar a sua produção e, ao mesmo tempo, melhorar a sua sustentabilidade ambiental e a sua resiliência diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas;

(iv) Implantar/fortalecer empreendimentos de agregação de valor à produção agropecuária, de comercialização, de produção de artesanato e de provisão de serviços, com vistas a ampliar o acesso aos mercados e a renda das famílias agricultoras;

(v) Desenvolver as capacidades das famílias agricultoras, das organizações comunitárias, dos empreendimentos associativos e cooperativos e das equipes das entidades envolvidas na implementação das iniciativas de adaptação às mudanças climáticas, de melhoria na gestão dos recursos ambientais, e de fortalecimento dos sistemas de produção sustentáveis, proteção e restauração ambiental, etc. - pela provisão de assessoria técnica e outras formas de capacitação;

(vi) Garantir amplo atendimento do Projeto às mulheres agricultoras, povos tradicionais e pessoas com deficiência – PCDs.

COMPONENTES

COMPONENTE 1 – FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR PARAIBANA

O Componente 1 apoiará a melhoria da produtividade, o acesso a mercados e a resiliência climática dos agricultores familiares da Paraíba, financiando investimentos para a melhoria da produção agrícola, sistemas de gestão de recursos hídricos, energia renovável, restauração ambiental e acesso digital. Apoiará: (i) a elaboração e a implementação de planos de investimento por Organizações de Produtores (OPs) e Associações Comunitárias (ACs), por meio de contrapartidas e do Modelo de Aliança Produtiva, para fortalecer a inserção dos agricultores familiares e suas organizações nos mercados; e (ii) investimentos que ampliem o acesso ao uso de energia renovável, promovam iniciativas de gestão e restauração ambiental e aprimorem a inclusão digital e o acesso a informações climáticas. As atividades deste componente apoiarão a Agricultura Climaticamente Inteligente (ACI), práticas que

promovem a inclusão produtiva de grupos vulneráveis (jovens, mulheres e povos tradicionais).

SUBCOMPONENTE 1.1 – Inovações para Sistemas Agrícolas Familiares mais Produtivos e Resilientes ao Clima

Este subcomponente apoiará doações correspondentes para financiar a implementação de Planos de Sistemas de Produção Resilientes (PSPRs), por meio de ACs, a fim de ampliar o acesso a ativos e serviços produtivos que fortaleçam resiliência climática e aumentem a produtividade de baixo carbono. Os PSPRs serão inteiramente concebidos como planos de ACI e financiarão investimentos para: (i) apoiar a adoção de práticas agrícolas e pecuárias sustentáveis e inovadoras; (ii) melhorar a captação, o armazenamento e o uso da água; (iii) aumentar a conectividade digital rural para permitir o acesso a informações agroclimáticas do Sistema Estadual de Informações de Riscos Agroclimáticos (SEIRA), dados de mercado e informações técnicas; e (iv) instalar sistemas de energia renovável, incluindo biodigestores e painéis fotovoltaicos para uso doméstico e produtivo. Os serviços de assistência técnica necessários para a implementação efetiva desses investimentos serão financiados pelo Componente 3. Povos indígenas, comunidades quilombolas, jovens e mulheres serão priorizados na seleção dos planos. Todo o financiamento deste subcomponente destina-se a apoiar a resiliência e a adaptação às mudanças climáticas.

SUBCOMPONENTE 1.2 – Aumento da Produtividade e do Acesso ao Mercado para Organizações de Agricultores Familiares

Este subcomponente apoiará subsídios correspondentes para melhorar o acesso ao mercado e a capacidade produtiva para Associações Comunitárias (ACs), Organizações de Produtores (OPs) e pequenas empresas associativas por meio da preparação e implementação de Planos de Negócios. As OPs prepararão seus Planos de Negócio (PNs), que delinearão seu objetivo geral de negócios, estratégia de marketing e crescimento e viabilidade econômica e financeira. O tipo de investimento nos PNs a ser financiado sob este subcomponente pode incluir: (i) infraestrutura física (como processamento, armazenamento e armazéns, projetados com tecnologias de eficiência energética); (ii) esforços de marketing e promoção para expandir o acesso a cadeias de valor favoráveis ao clima e facilitar o acesso a programas de compras públicas, como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e outros; (iii) compra de equipamentos agrícolas voltados para melhor mecanização e produtividade de baixo

carbono; e (iv) suporte técnico, serviços de consultoria e treinamento para a implementação bem sucedida dos PNs. Os serviços de AT necessários para a implementação efetiva desses Planos serão financiados pelo Componente 3. O financiamento desse subcomponente visa fortalecer a capacidade de adaptação da Paraíba, minimizando as perdas pós-colheita relacionadas ao clima, garantindo a continuidade das cadeias de suprimentos durante condições climáticas extremas, diversificando os mercados para amortecer choques climáticos e permitindo respostas de produção rápidas e eficientes em termos de recursos.

SUBCOMPONENTE 1.3 – Iniciativas de Gestão e Recuperação Ambiental

Este subcomponente financiará a preparação e implementação de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs) para apoiar a conservação e recuperação ecológica de áreas degradadas, bem como apoiar iniciativas de proteção e conservação de recursos hídricos por meio da recomposição de vegetação protetora ao redor de nascentes, cursos d'água e outras áreas de recarga de água. O Projeto priorizará Associações Comunitárias (ACs) que tenham seus CARs (Cadastros Ambientais Rurais) analisados e PRADs (Planos de Recuperação de Áreas Degradadas) elaborados. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) fornecerá todo o apoio técnico necessário para a identificação das áreas alvo e a elaboração dos PRADs. Este subcomponente também financiará a elaboração e a implementação de Planos de Negócios para Viveiros (PNVs) para a produção de mudas nativas e multiuso, e promoverá sua aquisição pública e privada. Também apoiará Planos de Negócios para Bancos Comunitários de Sementes (PNBCSs), que preservarão e distribuirão sementes adaptadas localmente e sementes tradicionais, promovendo a agrobiodiversidade e a agricultura resiliente ao clima. Esses bancos de sementes envolverão agentes ambientais locais ("*mateiros*") na coleta, curadoria e compartilhamento de sementes, reforçando assim a gestão ecológica local. Todos os Planos deste subcomponente visam aprimorar a capacidade de adaptação e mitigação climática.

COMPONENTE 2 – MELHORIA DA ACESSIBILIDADE RURAL E REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

O Componente 2 fornecerá bens públicos para apoiar a melhoria do acesso a comunidades rurais isoladas. Financiará a reparação e a melhoria de pequenos trechos críticos da rede rodoviária rural não pavimentada, visando melhorar as suas condições de acesso a comunidades remotas durante todo o ano, implementando aproximadamente 145 passagens molhadas. Outras intervenções podem incluir a instalação de bueiros e pequenas obras de drenagem em pontos críticos. Os contratos incluirão o projeto e a construção das intervenções propostas e a seleção delas considerará consultas públicas com a população, incluindo povos indígenas e comunidades quilombolas. Quando necessário e viável, as obras serão realizadas em coordenação com os governos municipais e agências pertinentes. Todo o financiamento sob este subcomponente destina-se a melhorar a resiliência e a mitigação do clima.

COMPONENTE 3 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO PARA BENEFICIÁRIOS

O Componente 3 visa fortalecer as capacidades individuais e coletivas de agricultores familiares, suas organizações e outros beneficiários para adotar tecnologias agrícolas resilientes, melhorar a inclusão produtiva e social e aprimorar a gestão ambiental em comunidades rurais. Também apoiará a participação de partes interessadas rurais no diálogo de políticas públicas e processos de planejamento relacionados ao desenvolvimento rural e à resiliência climática. Financiará: (i) serviços de Assessoria Técnica (AT), treinamento e visitas de troca de conhecimento para fortalecer as capacidades dos beneficiários para a implementação dos Planos de Investimento coletivo e individual promovidos pelos Componentes 1 e 2 ; (ii) treinamento sobre a operação e manutenção de sistemas de gestão de água e energia renovável; (iii) atividades de educação ambiental voltadas para comunidades, governos locais e organizações de produtores; (iv) assistência para a regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), ajudando os agricultores familiares a atender aos requisitos de elegibilidade para acesso a crédito; (v) treinamento em inclusão digital para apoiar a implementação de infraestruturas de conectividade digital rural, com ênfase em mulheres e jovens; (vi) treinamento e apoio técnico para operadores locais em práticas de manutenção de estradas rurais ; e (vii) apoio logístico e de facilitação para fóruns rurais e órgãos colegiados, a fim de fortalecer a participação dos agricultores em discussões de políticas públicas, planejamento participativo e supervisão de projetos. As atividades de AT e

capacitação serão direcionadas a povos indígenas, comunidades quilombolas, jovens e mulheres. Todo o financiamento deste subcomponente destina-se a apoiar investimentos que melhorem a resiliência e a mitigação das mudanças climáticas.

COMPONENTE 4 – GESTÃO DE PROJETOS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (M&A), GESTÃO DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A UGP E ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

O Componente 4 financiará atividades relacionadas à coordenação geral da implementação do projeto e ao fortalecimento institucional da UGP e instituições parceiras. Financiará: (i) aquisição e gestão financeira, despesas operacionais e custos de pessoal da UGP; (ii) o Sistema M&A do Projeto e estudos de Avaliação de Impacto; (iii) gestão da conformidade com padrões sociais e ambientais; (iv) comunicação; (v) equipamentos e *software* de tecnologia da informação para gerenciamento de projetos; (vi) contratação de consultores em áreas-chave de gerenciamento de projetos; (vii) capacitação e treinamento para a UGP; (viii) implementação de auditorias financeiras; (ix) implementação e/ou aprimoramento de sistemas de gerenciamento de projetos; (x) programas de treinamento, *workshops* e visitas de intercâmbio para a equipe técnica da UGP, instituições estaduais e parceiros implementadores; (xi) capacitação para provedores de serviços públicos e não estatais envolvidos na entrega do projeto; e (xii) planejamento e implementação de planos de desenvolvimento de capacidades para parceiros institucionais. Este componente pode financiar a contratação de uma organização para fornecer suporte de gestão para a implementação do Projeto. Este componente também apoiará a participação da UGP nos esforços de coordenação, aprendizagem e monitoramento da APM. Um Manual Operacional do Projeto (MOP), a ser aprovado pelo Banco Mundial antes da entrada em vigor do projeto, detalhará esses aspectos.

2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

A identificação e análise das partes interessadas constitui uma etapa estratégica e contínua do PB Rural Sustentável II, fundamental para garantir a participação efetiva dos diversos atores sociais, ao longo de todas as fases do projeto. Este Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) apresenta uma síntese do processo de mapeamento e categorização dos atores, além de destacar como essa prática será atualizada e aprimorada durante a implementação do projeto.

No âmbito do PB Rural Sustentável II, as partes interessadas são compreendidas como indivíduos, comunidades, grupos sociais, instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e demais atores que:

- São ou podem ser impactados direta ou indiretamente, positiva ou negativamente pelo projeto: compreendendo-se aqui como *partes afetadas*, especialmente as populações rurais beneficiárias, incluindo agricultores familiares, comunidades tradicionais, povos indígenas, comunidades quilombolas, mulheres, jovens, associações comunitárias e cooperativas;
- Possuem interesse direto ou indireto no Projeto, podendo ter seus interesses afetados ou influenciar seus resultados: consideradas como *partes interessadas*, como por exemplo órgãos governamentais (municipais, estaduais e federais), instituições financeiras, organizações de apoio técnico, universidades, ONGs, conselhos locais e instâncias de controle social.

Para fins de planejamento e definição de estratégias de engajamento, as partes interessadas podem ser classificadas em cinco categorias principais, considerando sua relação com o projeto:

- **(P)** – Participam da implementação e coordenação do projeto;
- **(ID)** – Influenciam diretamente a implementação do projeto;
- **(II)** – Influenciam, indiretamente, a implementação do projeto;
- **(DA)** – São, diretamente, afetadas pelos resultados do projeto;
- **(IA)** – São, indiretamente, afetadas pelos resultados do projeto.

A análise das partes interessadas está sendo conduzida de forma participativa, com base na experiência acumulada na execução do PB Rural Sustentável I, respeitando as especificidades territoriais, sociais, culturais e ambientais do estado da Paraíba. Esse processo é dinâmico e continuará sendo atualizado durante a execução do Projeto, garantindo a inclusão de novos atores e a reavaliação de estratégias de engajamento, conforme as necessidades e contextos locais.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022, a população total do estado é de 3.974.687 habitantes, dos quais 51,7% são mulheres. Estima-se que a população rural represente 24,6% do total (aproximadamente 977.000 habitantes). O Censo de 2010 retratava uma população, relativamente jovem, sendo que 44% dela tinha menos de 25 anos e a idade mediana era de 29 anos. No Censo de 2022 a idade mediana da população

paraibana passou para 34 anos, dado muito próximo da mediana nacional, mostrando que houve um envelhecimento, bastante importante no período.

Segundo as Contas Regionais do Brasil 2021 (IBGE), pelo tamanho do seu PIB, a Paraíba ocupa o 19º lugar dentre as 27 unidades da Federação, sendo o 6º do Nordeste. Neste mesmo ano, o PIB da Paraíba representou 0,9% do PIB nacional. Em termos de PIB per capita, com um valor de R\$ 19.181 por habitante (para o ano de 2021), a Paraíba ocupa o 26º (penúltimo) lugar no ranking ou hierarquia nacional. Este valor do PIB per capita representa somente 45% do PIB por habitante do Brasil do mesmo ano.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em 2022, a Paraíba apresenta o terceiro maior índice de analfabetismo do país entre pessoas com 15 anos ou mais: 13,6%. O estado está atrás apenas do Piauí (14,8%) e de Alagoas (14,4%), registrando taxas superiores tanto à média nacional (5,6%) quanto à média da região Nordeste (11,7%).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Paraíba para 2021 era de 0,698, valor considerado 'médio'. Como tem acontecido em todo o país, este índice vem melhorando desde a sua primeira aferição em 1991. Em 2021, o estado ocupava a 21ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras. No entanto, as 'notas' melhores das cidades maiores do estado, de certa forma, mascaram a situação dos municípios menores e mais, eminentemente, rurais. Assim, tem-se que o IDHM de 152 dos 223 municípios paraibanos (68,2%) é considerado 'baixo' (ou seja, entre de 0,5 e 0,599).

O Projeto terá abrangência em 222 municípios do Estado da Paraíba, com exclusão apenas da capital, João Pessoa, contemplando, assim, praticamente a totalidade do território estadual. A área de intervenção engloba zonas rurais, com elevada incidência de vulnerabilidade socioeconômica e restrições de acesso a serviços essenciais.

Estima-se o atendimento direto a aproximadamente 34.810 unidades familiares, correspondentes a 128.797 pessoas, que serão beneficiárias das ações do Projeto. A priorização será orientada por critérios socioeconômicos e produtivos, direcionando-se especialmente a:

- Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, segundo parâmetros oficiais do Governo Federal;
- Comunidades rurais tradicionais e assentamentos de reforma agrária, legalmente reconhecidos;
- Famílias com Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) válido;

- Preferencialmente, núcleos familiares inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), o que permitirá a integração e complementaridade com outras políticas públicas.

O perfil socioeconômico dos beneficiários é marcado por dependência da agricultura de base familiar, baixa mecanização e infraestrutura produtiva limitada. Em muitos casos, há vulnerabilidade acentuada pela escassez hídrica e baixa resiliência a eventos climáticos extremos, como estiagens prolongadas. O projeto, portanto, atuará não apenas no incremento da produção e renda, mas também no fortalecimento da segurança hídrica, alimentar e nutricional, ampliando as capacidades adaptativas das comunidades atendidas.

São identificados, no âmbito do PB Rural Sustentável II, grupos sociais com maior exposição a vulnerabilidades socioeconômicas, culturais e territoriais, que demandam atenção específica nas ações de planejamento, execução e monitoramento do Projeto:

- Povos Indígenas: O Censo Demográfico 2022 registrou 30.140 pessoas indígenas na Paraíba, distribuídas em 34 aldeias, representando 0,76% da população estadual. Os principais grupos étnicos são os Potiguaras, localizados no litoral norte (Terras Indígenas Potiguara, Jacaré de São Domingos e Potiguara de Monte-Mor), e os Tabajaras, no litoral sul (municípios de Conde, Pitimbu, Alhandra e áreas periféricas de João Pessoa).
- Comunidades Quilombolas: Em 2022, 16.584 pessoas se autodeclararam quilombolas, correspondendo a 0,4% da população estadual. Existem 49 comunidades quilombolas autoreconhecidas, concentradas sobretudo no Sertão e no Cariri. Apenas 17,6% dessa população vive em territórios oficialmente delimitados, evidenciando a fragilidade no processo de regularização fundiária.
- População Cigana – Estima-se que cerca de sete mil pessoas ciganas vivam na Paraíba, distribuídas em mais de 20 municípios, segundo a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH). O município de Sousa, no Sertão, abriga a maior comunidade cigana do estado e da América Latina, com aproximadamente 600 famílias (cerca de 2.000 pessoas).
- Atingidos por Barragem: Incluem-se neste grupo as populações deslocadas ou afetadas por empreendimentos de barragens, como as de Acauã e Camará. Trata-se, em geral, de moradores rurais, agricultores familiares e pescadores que perderam terras, moradias e meios de subsistência, enfrentando dificuldades persistentes para restabelecer suas atividades produtivas e condições de vida.

- **Mulheres Produtoras Rurais e Chefes de Famílias Monoparentais:** Representam parcela expressiva da agricultura familiar na Paraíba. Essas mulheres, além de desempenharem papel central na produção e na gestão das propriedades rurais, frequentemente, assumem sozinhas a responsabilidade pelo sustento familiar, enfrentando barreiras de acesso a crédito, assistência técnica, mercados e processos decisórios.

- **Jovens Rurais –** Compreendem a população de 15 a 24 anos residente no campo, caracterizada por desafios como a limitação de oportunidades de trabalho qualificado, dificuldades de acesso a ensino técnico e superior e pouca participação em espaços de representação social. A ausência de perspectivas no meio rural contribui para a migração precoce para centros urbanos, o que impacta a renovação geracional e a sustentabilidade da agricultura familiar.

O mapeamento de partes afetadas, vulneráveis e interessadas são apresentados nas Tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1- Partes Afetadas

PARTES AFETADAS	ATUAÇÃO NO PROJETO	INTERESSE E INFLUÊNCIA	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA
População Rural do Estado	Demandam apoio específico para atividades produtivas sustentáveis, acesso à água, inclusão social e geração de renda e são o público diretamente beneficiado pelas ações do projeto, incluindo acesso a tecnologias sustentáveis, infraestrutura hídrica e produtiva, capacitação e assistência técnica.	DA	Melhoria nas Condições sociais, produtivas de sustentabilidade ambiental, resiliência as condições climáticas.
Famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica	Interesse em inclusão nas ações do projeto para superação de desigualdades sociais, acesso à água, segurança alimentar e meios de produção sustentável.	DA	Melhoria nas Condições sociais e produtivas.
Cooperativas e associações comunitárias rurais	Atuam como organizações representativas dos produtores, interessadas em ampliar sua capacidade de gestão, acessar novos mercados, agregar valor à produção e fortalecer redes de comercialização.	IA/DA	Melhoria nas Condições sociais e organizacionais.
Famílias residentes em áreas com escassez hídrica	Dependem, diretamente, das ações de infraestrutura hídrica e abastecimento de água, essenciais para a melhoria das condições de vida e a produção rural sustentável.	DA	Melhoria nas Condições sociais e produtivas.

Tabela 2- Grupos Sociais Desfavorecidos e Vulneráveis

GRUPOS SOCIAIS	ATUAÇÃO NO PROJETO	INTERESSE E INFLUÊNCIA	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA
Povos indígenas	Interesse em ações que respeitem e valorizem sua cultura, promovam o acesso a direitos sociais e produtivos, melhorem as condições de vida e fortaleçam a segurança alimentar e territorial.	DA	Melhoria nas Condições sociais e produtivas.
Comunidades quilombolas	Interesse em ações que promovam o reconhecimento territorial, geração de renda, acesso à infraestrutura básica e produtiva, e fortalecimento da organização social e cultural.	DA	Melhoria nas Condições sociais e produtivas.
População Cigana	Interesse em ações que respeitem e valorizem sua cultura, promovam o acesso a direitos sociais e produtivos, melhorem as condições de vida e fortaleçam a segurança alimentar e territorial.	DA	Melhoria nas Condições sociais e produtivas.
Atingidos por Barragem	Interesse em ações que promovam o reconhecimento territorial, geração de renda, acesso à infraestrutura básica e produtiva, e fortalecimento da organização social e cultural.	DA	Melhoria nas Condições sociais e produtivas.
Mulheres produtoras rurais e chefes de famílias (Famílias monoparentais)	Interesse na inclusão produtiva, acesso equitativo aos recursos e benefícios do projeto, fortalecimento da autonomia econômica e social, e participação nos processos decisórios comunitários.	DA	Melhoria nas Condições sociais e produtivas.
Jovens rurais	Interesse na capacitação técnica, geração de oportunidades econômicas no campo, estímulo ao protagonismo juvenil e à permanência na zona rural.	DA	Melhoria nas Condições sociais e produtivas.

Tabela 3- Outras Partes Interessadas

PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO NO PROJETO	INTERESSE E INFLUÊNCIA	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA
Governo do Estado	Com interesse na implementação efetiva das ações, alcance dos resultados e fortalecimento das políticas públicas rurais.	ID	Melhoria dos indicadores socioambientais do estado como um todo.
Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e de áreas afins	Representação social local, interesse no controle social, acompanhamento e deliberação das ações nos territórios.	ID	Fortalecimento dos conselhos
Sindicatos Rurais	Representam trabalhadores e produtores rurais, com interesse na defesa de direitos, melhoria das condições de trabalho e produção, além de articulação das demandas da base.	II	Fortalecimento dos Sindicatos
Organizações da Sociedade Civil (ONGs, OCSs)	Apoio técnico, mobilização social, execução de projetos complementares e atuação em áreas de vulnerabilidade e defesa de direitos.	ID	Melhoria dos indicadores socioambientais
Secretarias	Acompanhamento local das ações,	II	Melhoria dos indicadores

Municipais de Agricultura	articulação com as comunidades, apoio técnico e institucional à execução do projeto nos municípios.		socioambientais dos municípios
Universidades e Instituições de Pesquisa	Interesse em cooperação técnica, desenvolvimento de soluções inovadoras, extensão universitária e produção de conhecimento aplicado ao desenvolvimento rural sustentável.	II	Desenvolvimento técnico-científico e aprendizado mútuo a partir dos dados produzidos e resultados alcançados
EMPAER e empresas de ATER	Atuação direta na mobilização, assistência técnica, extensão rural e implementação dos subprojetos junto às comunidades beneficiárias.	ID	Melhoria dos indicadores socioambientais
Secretaria Estadual e Municipais de Meio Ambiente	Acompanhamento local das ações, articulação com as comunidades, apoio técnico e institucional à execução do projeto.	II	Melhoria dos indicadores socioambientais dos municípios
Trabalhadores do Projeto	Aporte técnico e Prestação de serviços.	P	Melhoria dos indicadores socioambientais

3. METODOLOGIA

As estratégias apropriadas de envolvimento para cada grupo interessado dependem de dois fatores principais: seu nível de interesse no Projeto e seu nível de influência. O nível de influência é entendido como a capacidade de interferir no Projeto e em suas tomadas de decisão. Já o nível de interesse se refere à possibilidade de ser impactado de forma positiva ou negativa pelas atividades do Projeto. O nível de influência e interesse das diferentes partes interessadas determina o tipo e a frequência das atividades de envolvimento, necessárias para cada grupo.

Considerando esses fatores, a identificação dos representantes de pessoas ou grupos é importante para o processo de comunicação e tomada de decisão com as partes interessadas. Representantes legítimos podem ser entendidos como indivíduos que foram incumbidos por outras pessoas para realizar a comunicação e defender seus interesses em instâncias específicas.

De forma geral, na relação com o Projeto, os representantes têm o papel de:

- Apoiar na comunicação de mão dupla entre as partes interessadas e o projeto;
- Facilitar o processo de deliberação e tomada de decisão;
- Fornecer informações úteis sobre as configurações locais para melhor adequação do projeto;
- Atuar como elo de cooperação para execução do projeto, dentre outros.

A identificação de representantes legítimos é importante para que não existam problemas de falta de confiabilidade, adesão e adequação dos processos por eles mediados. Ao longo do PB Rural Sustentável II, a legitimidade dos representantes deverá ser verificada por meio de entrevistas e conversas informais, com uma amostra aleatória das partes interessadas e seus grupos. Essa investigação considerará se os referidos representantes de fato foram escolhidos pelos representados e em que medida esse processo de escolha foi democrático e inclusivo, ou seja, que permitiu a manifestação e representação dos diversos perfis e grupos.

Em relação aos grupos a serem atendidos pelo Projeto, alguns aspectos de vulnerabilidade encontram-se presentes:

- Pobreza ou insegurança financeira;
- Vulnerabilidade territorial;
- Dependência de recursos naturais;
- Desigualdade de gênero;
- Desigualdade racial;
- Vulnerabilidade de crianças, adolescentes e idosos;
- Modos de vida tradicionais;
- Pessoas com deficiência.

As ações de engajamento das partes interessadas serão planejadas de forma a promover a inclusão dessas pessoas.

Estão identificados: Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas, Atingidos por Barragem e Ciganos, na área de abrangência do Projeto.

4. ATIVIDADES E CONSULTAS ÀS PARTES INTERESSADAS NA PREPARAÇÃO DO PROJETO

O Estado da Paraíba tem realizado, ao longo dos últimos anos, uma série de diagnósticos e consultas participativas junto às populações rurais e instituições envolvidas com o desenvolvimento territorial. Esse acervo de escuta qualificada constitui uma base sólida de informações sobre as necessidades, prioridades e expectativas das partes interessadas.

Essas escutas prévias vêm sendo continuamente complementadas por novas atividades. O material coletado será fundamental para subsidiar o planejamento das ações, definir estratégias de inclusão social e orientar a seleção dos subprojetos, garantindo que as decisões estejam alinhadas às demandas reais da população afetada.

4.1. Aprendizados e Acúmulos do PB Rural Sustentável I

Desde 2019, o Projeto PB Rural Sustentável I vem promovendo ações estruturantes, voltadas à melhoria das condições de vida das populações rurais da Paraíba, com foco nas seguintes frentes: Acesso à Água, Redução da Vulnerabilidade Agroclimática e Acesso a Mercados. Para tanto, foram realizados investimentos significativos em sistemas de abastecimento de água, cisternas, tecnologias sociais, acesso rural e apoio a cooperativas, além de ações voltadas ao fortalecimento institucional das organizações comunitárias e das capacidades técnicas dos beneficiários.

A implementação do Projeto se deu por meio de estratégias integradas de articulação interinstitucional e colaboração entre os diferentes atores envolvidos, buscando a inclusão social, a sustentabilidade e a participação ativa das comunidades.

A concepção do PB Rural Sustentável II está, diretamente, fundamentada nesse acúmulo de experiências e se propõe a aprofundar e complementar as ações do ciclo anterior, com ênfase no fortalecimento da agenda ambiental, no aumento da resiliência das populações rurais frente às mudanças climáticas e na promoção da inclusão socioambiental. O novo Projeto buscará ampliar os mecanismos participativos e consultivos, fomentando o empoderamento social, por meio de soluções integradas e construídas com base no diálogo territorial.

Durante a execução do PBRIS I, o Projeto Cooperar desempenhou papel central na mobilização social e no fortalecimento das instâncias de participação. Destaca-se o apoio à organização e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), bem como a realização de seminários, encontros e eventos territoriais, com envolvimento de instâncias colegiadas em âmbito estadual e nacional. Houve, ainda, a promoção de espaços específicos voltados aos grupos prioritários, como povos indígenas e comunidades quilombolas, visando garantir a participação efetiva e o respeito às suas especificidades culturais e sociais.

Cabe destacar que as ações do PB Rural Sustentável I foram estruturadas a partir de demandas espontâneas apresentadas pelas próprias associações comunitárias e organizações rurais. No entanto, por razões técnicas, operacionais ou orçamentárias, nem todas as solicitações puderam ser atendidas ao longo da execução do Projeto. Como resultado, formou-se um importante acervo de demandas reprimidas, que permaneceram registradas e validadas, e que poderá servir de base e orientação para o PB Rural

Sustentável II, contribuindo para a retomada de propostas legítimas e fortalecendo a continuidade das ações junto às comunidades já mobilizadas.

Como aprendizado do PB Rural Sustentável I, identificou-se que muitas associações, cooperativas e organizações comunitárias nas áreas rurais apresentam limitações quanto à sua estrutura administrativa e formalização, o que dificulta sua participação plena nos processos de seleção e execução de projetos.

Com base nessa experiência, o PB Rural Sustentável II prevê ações específicas para fortalecer essas organizações antes do lançamento dos editais, incluindo: (i) Capacitação Técnica e Administrativa: realização de oficinas e treinamentos para aprimorar gestão organizacional, planejamento, prestação de contas e aspectos legais essenciais para a formalização e funcionamento regular. (ii); Orientação para Formalização Jurídica: apoio na obtenção de documentos como CNPJ, estatuto social e atas, necessários para a participação em processos licitatórios e contratações públicas; (iii) Articulação e Fortalecimento de Redes: incentivo à formação ou consolidação de redes e fóruns locais para promover cooperação, troca de experiências e maior representatividade; (iv) Divulgação Antecipada e Transparente dos Editais: disponibilização de informações claras sobre critérios, prazos e procedimentos, garantindo que as organizações possam se preparar adequadamente.

Essas medidas visam assegurar que organizações menos estruturadas possam participar efetivamente dos processos do Projeto, contribuindo para a inclusão social, representatividade e fortalecimento da agricultura familiar nas áreas de abrangência.

4.2. Orçamento Democrático Estadual (ODE)

Cabe destacar que uma importante ferramenta de consulta pública deverá ser utilizada para definição das ações do novo Projeto, vem sendo o como o resultado das demandas apresentadas nas plenárias do Orçamento Democrático Estadual – ODE, que foi implantado na Paraíba em 2011, com base na experiência do Orçamento Democrático de João Pessoa, que já acontecia desde 2005.

A iniciativa surgiu como uma forma de promover o diálogo direto entre a sociedade e o poder público municipal e estadual, buscando democratizar as decisões e garantir que as prioridades da população fossem consideradas na aplicação dos recursos públicos, funcionando, até hoje, com grande participação e envolvimento da sociedade civil.

O ODE se tornou um instrumento importante de educação para a cidadania, pois permite que os cidadãos compreendam as funções do Estado e suas limitações, além de

participarem, ativamente, das decisões sobre o uso do dinheiro público.

O processo envolve a realização de assembleias regionais, nas quais os cidadãos elegem conselheiros estaduais e regionais para o Conselho do Orçamento Democrático Estadual. Esses conselheiros atuam nas discussões sobre as realidades locais e o planejamento do governo nas diferentes regiões georçamentárias, contribuindo, diretamente, na definição das prioridades de investimento.

As decisões tomadas nas plenárias do ODE são consideradas na elaboração do orçamento estadual, demonstrando o compromisso do governo em respeitar a vontade popular e aplicar os recursos de forma transparente e participativa.

O Orçamento Democrático Estadual tem se mostrado um mecanismo eficaz para aproximar a gestão pública da população, garantindo que as vozes dos cidadãos sejam efetivamente ouvidas e convertidas em ações concretas. Representa um avanço expressivo na construção de um modelo de gestão pública mais justo, inclusivo e participativo, reafirmando o compromisso do Estado da Paraíba com a escuta ativa, a equidade territorial e a transparência na aplicação dos recursos públicos. A participação tem crescido, significativamente, ao longo dos anos, com milhares de pessoas envolvidas nas plenárias e na definição de prioridades para o governo.

Em 2025, o Governo do Estado da Paraíba deu continuidade à realização das plenárias do Orçamento Democrático Estadual (ODE), com um calendário distribuído entre os meses de Abril a Agosto, cobrindo todas as regiões georçamentárias do estado (Figura 1).



Figura 1 - Calendário ODE 2025

O PB Rural Sustentável II reconhece a relevância estratégica do ODE, como instrumento legítimo de escuta e planejamento participativo. Por isso, o Projeto aguarda o encerramento do ciclo de plenárias de 2025, para incluir no PEPI um apanhado geral das demandas apresentadas, especialmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento rural, acesso à água, infraestrutura produtiva e sustentabilidade ambiental.

5. PROGRAMA DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

A atividade de Engajamento das Partes interessadas perpassa todos os Componentes 1, 2, 3 e 4 do Projeto Paraíba Rural Sustentável II, devendo ocorrer durante a implementação, gestão, comunicação, monitoramento e avaliação. Os itens a seguir descrevem o planejamento para que o Projeto proporcione o necessário engajamento das partes interessadas.

A equipe de cada Componente será responsável pela parte que lhe cabe das ações de engajamento coordenada pelo Componente 3. O Projeto, também, contará com uma equipe específica para a comunicação, engajamento das partes interessadas e o mecanismo de queixas, a ser gerenciada pelo COOPERAR.

5.1. Princípios

O Projeto aplicará os seguintes princípios para o engajamento das partes interessadas, em consonância com as melhores práticas no tema:

- Abertura e abordagem do ciclo do Projeto: processo continuado de diálogo por meio de consultas públicas a serem organizadas, podendo acontecer durante todo o ciclo do Projeto, de acordo com a fase de implementação, para oferecer oportunidades às partes interessadas de expressarem suas opiniões sobre o Projeto e ter essas opiniões levadas em consideração, realizadas de maneira aberta para as partes afetadas, sem manipulação, interferência, coerção ou intimidação externa;
- Linguagem Acessível: em atendimento a sugestões apresentadas durante o processo de consulta pública, todas as informações técnicas serão apresentadas em linguagem simples e de fácil compreensão.
- Participação informada e manifestação: as informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em formato apropriado; haverá oportunidades para a manifestação das partes

afetadas, análise e a abordagem dos comentários, demandas, sugestões e eventuais críticas;

- **Inclusão e sensibilidade:** a identificação das partes interessadas será contínua ao longo do Projeto e realizada a fim de respaldar melhor comunicação e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação nos subcomponentes e suas atividades será inclusivo. Todas as partes afetadas, em todos os momentos, serão incentivadas a se envolverem no processo de consulta e terão acesso igualitário à informação. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental para a seleção dos métodos de engajamento, principalmente ao se considerar os grupos vulneráveis, que demandam atenção especial;
- **Flexibilidade:** se o distanciamento social devido a ocorrência de epidemia ou pandemia inibir as formas tradicionais de engajamento, a metodologia deve ser adaptada, valendo-se, por exemplo, das várias formas de comunicação via internet, meio que se popularizou, ainda mais, após a pandemia.

5.2. Meios de Comunicação, Divulgação e Engajamento das Partes Interessadas

A estratégia de comunicação e engajamento do PB Rural Sustentável II será conduzida de forma articulada com os demais componentes do Projeto, garantindo transparência, participação ativa e acesso universal à informação. Serão utilizados meios e canais de comunicação, escolhidos com base nas características socioculturais das populações envolvidas, sua localização geográfica e o nível de acesso às tecnologias.

O objetivo é garantir que todas as partes interessadas, especialmente as comunidades rurais e os grupos vulneráveis, tenham conhecimento sobre o Projeto, compreendam suas ações e possam participar, ativamente, de todas as etapas: desde o planejamento até a avaliação dos resultados

5.2.1. Materiais e ferramentas de comunicação

O projeto disponibilizará materiais de divulgação, em linguagem clara e acessível, com versões adaptadas, sempre que necessário (inclusive para povos indígenas e

comunidades quilombolas, conforme protocolos próprios). Entre os principais instrumentos de comunicação, destacam-se:

- Cartilhas, folders e painéis informativos;
- Vídeos curtos e áudios informativos para circulação em grupos de WhatsApp;
- Postagens em redes sociais oficiais do projeto;
- Atualizações no site institucional do Projeto;

5.2.2. Canais de diálogo e escuta ativa

Além de ações informativas, o projeto, também, promoverá espaços de escuta ativa e troca permanente com a população, por meio de:

- Oficinas e reuniões territoriais participativas;
- Consultas públicas e encontros temáticos por tipologia;
- Rodas de conversa com grupos prioritários;
- Acompanhamento por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e outras instâncias locais.

5.2.3. Calendário e atualizações

A comunicação será contínua, com divulgação programada em fases estratégicas do Projeto, como lançamento de editais, seleção de subprojetos, início de obras ou serviços, capacitações e avaliações. A equipe de comunicação e engajamento atuará em articulação com os demais Componentes para garantir coerência, atualização e cobertura ampla de todas as ações do PB Rural Sustentável II.

5.3. Engajamento das partes interessadas dos Componentes 1 e 2

Os Componentes 1 e 2 do Projeto Paraíba Rural Sustentável II têm como foco central o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades rurais da Paraíba. Para garantir o êxito dessas ações, o engajamento das partes interessadas é essencial desde a fase de planejamento até a execução e o monitoramento das atividades.

O Componente 1 tem como objetivo principal enfrentar o declínio econômico dos sistemas produtivos familiares e os desafios ambientais do meio rural paraibano, intensificados pelas mudanças climáticas. As ações previstas buscam fortalecer as unidades produtivas familiares por meio da transformação e diversificação dos sistemas

de produção, promovendo práticas mais inovadoras, sustentáveis e resilientes. Além disso, o Componente contemplará: Apoio à organização e fortalecimento de cooperativas e associações voltadas ao beneficiamento e comercialização da produção; Investimentos em infraestrutura para coleta, armazenamento e uso racional da água; Incentivo ao uso de energias renováveis nas unidades familiares; Expansão da inclusão digital nas comunidades rurais; Melhoria da gestão e do uso de recursos naturais.

O Componente 2 complementa as ações produtivas ao tratar das condições de vida das populações rurais, especialmente em áreas isoladas ou de maior vulnerabilidade. As ações buscam aumentar a resiliência das comunidades, por meio da: melhoria das condições de moradia e saneamento básico; melhoria de acessos rurais;

Ambos os Componentes receberão demandas espontâneas, apresentadas pelas comunidades rurais, por meio de suas associações, cooperativas e representações locais. Por isso, as estratégias de engajamento adotadas serão comuns aos dois Componentes, baseadas em: mobilização social ativa e territorializada; escuta qualificada em oficinas, reuniões comunitárias e visitas de campo; participação de Conselhos e Comissões locais nos processos de decisão.

Para os grupos sociais vulneráveis, serão adotadas estratégias específicas de engajamento, com metodologias mais acessíveis, respeitando suas realidades culturais, sociais e territoriais, assegurando participação efetiva e equitativa em todas as etapas do projeto.

O Quadro a seguir apresenta as responsabilidades do PB Rural Sustentável II para a implementação das ações do PEPI nas fases de preparação, mobilização, consulta pública, execução de levantamentos técnicos de campo e execução do projeto.

Tabela 4 - Estratégia de Engajamento das Partes Interessadas - Componentes 1 e 2

ESTÁGIO DO PROGRAMA	INFORMAÇÕES SEREM DIVULGADAS OU OBTIDAS	MÉTODOS PROPOSTOS	LOCAL	PÚBLICO ALVO
Preparação	Informar sobre PB Rural Sustentável II	Reuniões presenciais	UGP	Secretarias Estaduais
	Coletar Informações Preliminares	Levantamento Secundário e Reuniões presenciais	UGP e escritórios das gerências regionais	Técnicos do Projeto e entidades parceiras
	Assinar Termo de Compromisso	Evento Presencial	Gabinete do Governador	Governador do Estado, Secretários Estaduais e Representantes de entidades parceiras

Mobilização	Divulgação sobre o PB Rural Sustentável II	Seminários	Territórios do estado da Paraíba	Prefeitos, secretários, Presidentes de Conselhos, Presidentes de associações e cooperativas, Sindicatos
	Ampla Divulgação Realização de Consultas Públicas	Meios de comunicação (impressos, radio, tv)	Sites Mídias Sociais, locais públicos no município, rádios locais comunitárias.	População Rural do Estado
		Através De Lideranças Associações representantes de comunidades tradicionais.	Visitas às Comunidades.	
Consultas Públicas	Descrição do PB Rural Sustentável II. Contendo: valor total do Projeto, descrição dos componentes e subcomponentes	Evento presencial	Territórios do estado da Paraíba	População e organizações governamentais e não governamentais Rurais do Estado da Paraíba
	Descrição do Componente 1 e 2: :quais obras são elegíveis e inelegíveis dentro dos subcomponentes, valor total dos recursos, fases e prazos estimados para início das ações a serem desenvolvidas pelo PRSII			
	Descrição das características das consultas públicas de sua importância através da tomada de decisões por meio da população			
Lançamento dos editais	Manual de orientação passo-a-passo encaminhar a demanda, Tipologias e objetivos do edital, Critérios de elegibilidade, documentação necessária,	Meios de comunicação: impressos, on-line, TV, Rádio.	Sites Mídias Sociais, locais públicos no município, rádios locais comunitárias.	População e organizações governamentais e não governamentais Rurais do Estado da Paraíba
Implementação	Reuniões e visitas preliminares para avaliação e validação da demanda	Reuniões presenciais	Nas comunidades	As organizações demandantes (associações, cooperativas, famílias)
	Divulgação do Mecanismo de Gestão de Informações Reclamações	Telefone, email, presencial	Sites Mídias Sociais, locais públicos no município, rádios locais comunitárias, visitas às comunidades	População dos Municípios de intervenção do Projeto
	Reuniões periódicas de gestão e execução, a serem realizadas entre equipes dos subcomponentes e demais órgãos e organizações de apoio envolvidos.	Reuniões presenciais	UGP e Gerências Regionais	Equipes dos subcomponentes e demais órgãos e organizações de apoio envolvidos
	Reuniões periódicas de acompanhamento e monitoramento na execução e gestão	Reuniões presenciais	Nas comunidades	Beneficiários do Projeto

5.4. Estratégia para Engajamento com Grupos Sociais Desfavorecidos e Vulneráveis

São considerados vulneráveis as pessoas ou grupos que têm maior probabilidade de serem negativamente afetados pelos impactos do Projeto e/ou são mais limitados do que outros na sua capacidade de aproveitar os benefícios das atividades que serão desenvolvidas. Devem ser estabelecidas medidas específicas ou

assistência a fim de evitar que esses grupos ou pessoas sejam excluídos ou se tornem incapazes de participar, plenamente, das ações de engajamento das partes interessadas.

No mapeamento inicial foram identificadas seis categorias de indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis. No Quadro a seguir estão indicadas as suas principais características, necessidades especiais e sugeridos meios de notificação, a fim de que sejam superados os desafios para a sua participação durante todas as fases do Projeto, inclusive na preparação.

Tabela 5 - Estratégias de Engajamento de Grupos Sociais Desfavorecidos e Vulneráveis

INDIVÍDUOS VULNERÁVEIS	CARACTERÍSTICAS/ NECESSIDADES	FORMAS DE CONSULTA	RECURSOS ADICIONAIS DESEJÁVEIS
Comunidades Tradicionais Indígenas	Ações de comunicação culturalmente apropriadas Respeito às tradições e organização social e política Realização de eventos nas aldeias	Visita De Campo/ WhatsApp/ Articulação com organizações e lideranças legitimamente representativas	As reuniões serão realizadas nas respectivas aldeias a fim de evitar necessidade de deslocamentos.
Comunidades Tradicionais - Quilombolas	Ações de comunicação culturalmente apropriadas Respeito às tradições e organização social e política Realização de eventos nas Comunidades	Visita De Campo/ WhatsApp/ Articulação com organizações e lideranças legitimamente representativas	As reuniões serão realizadas nas respectivas comunidades a fim de evitar necessidade de deslocamentos.
Ciganos	Ações de comunicação culturalmente apropriadas Respeito às tradições e organização social e política Realização de eventos nas Comunidades	Visita De Campo/ WhatsApp/ Articulação com organizações e lideranças legitimamente representativas	As reuniões serão realizadas nas respectivas comunidades a fim de evitar necessidade de deslocamentos.
Atingidos por Barragens	Realização de eventos nas Comunidades	Visita De Campo/ WhatsApp/ Articulação com organizações e lideranças legitimamente representativas	As reuniões serão realizadas nas respectivas comunidades a fim de evitar necessidade de deslocamentos.

Mulheres produtoras rurais e chefes de família (famílias monoparentais)	Realização dos eventos em locais e horários adequados Disponibilização de local para permanência das crianças durante os eventos com recreadores	Visita De Campo WhatsApp E-mail Redes sociais Rádio Comunitária Articulação Com organizações legitimamente representativas	Realização de eventos em locais onde haja espaço para crianças e em dias e horários que facilitem a presença.
Jovens rurais	Realização de eventos em horários adequados para a juventude	Visita de campo WhatsApp E-mail Redes sociais Rádio Comunitária Cartazes	Articulação com professores das escolas

5.5. Atividades e Consultas – PB Rural Sustentável II

O PB Rural Sustentável II adotará uma metodologia participativa de consultas públicas às partes interessadas para identificar e selecionar os subprojetos a serem implantados. Essas consultas envolverão a participação ativa da população rural e de organizações governamentais (incluindo prefeituras) e não governamentais atuantes no meio rural do Estado da Paraíba.

Durante as consultas, serão levantadas as demandas e prioridades de cada território, as quais serão posteriormente confirmadas por meio de manifestações de interesse apresentadas após o lançamento das chamadas públicas.

Uma vez registradas as manifestações, serão aplicados mecanismos de priorização baseados em uma tabela de pontuação, que contemplará os seguintes critérios:

- i. Comunidades indígenas, quilombolas, ciganos e tradicionais atingidas por barragens;
- ii. Comunidades que não tenham tido acesso prévio a tecnologias ou a programas similares;
- iii. Número de famílias chefiadas por mulheres;
- iv. Atendimento aos pré-requisitos técnicos necessários para a adoção da tecnologia pretendida;

Os Públicos prioritários, comunidades indígenas, quilombolas, ciganos e atingidas por barragens, terão prioridade para acessar os investimentos do Projeto.

Os Conselhos Municipais desempenharão papel fundamental na legitimação das demandas apresentadas pelas associações, fortalecendo a transparência e a representatividade do processo.

A priorização final considerará, adicionalmente, a disponibilidade orçamentária e as características técnicas e socioambientais das áreas propostas para a implantação dos subprojetos, de forma a otimizar o impacto e a viabilidade das intervenções.

5.6. Consulta Pública da Versão Preliminar do PEPI

A versão preliminar do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) será disponibilizada para consulta, possibilitando que os públicos interessados possam avaliar seu conteúdo e contribuir para o seu aprimoramento. O objetivo dessa etapa é verificar se:

- i. as partes interessadas foram devidamente mapeadas;
- ii. os canais de comunicação e contato propostos são adequados e suficientes;
- iii. as estratégias de engajamento e participação estão descritas de forma clara e objetiva.

Para alcançar de maneira eficaz o público diretamente envolvido ou impactado pelas ações do projeto, serão adotadas múltiplas estratégias de divulgação, incluindo:

- Publicação do documento no site oficial do Projeto Cooperar, acompanhada de comunicações nas redes sociais institucionais para informar sobre o processo de consulta em andamento;
- Envio direto, por e-mail, para entidades representativas dos principais grupos de beneficiários, como Conselhos Municipais, Secretarias estaduais e municipais;
- Comunicação formal aos Conselhos Municipais e órgãos governamentais pertinentes, notificando sobre a disponibilidade do documento para análise e contribuição.

O prazo para envio de sugestões e comentários será de 20 dias corridos. Ao término desse período, a equipe técnica do projeto realizará a análise detalhada das contribuições recebidas, respondendo individualmente a cada uma e indicando, no Relatório de

Respostas, se foi incorporada integral ou parcialmente à versão final do documento, acompanhada de justificativa.

O resultado consolidado dessa etapa de escuta pública será anexado à versão definitiva do PEPI, garantindo transparência e participação social qualificada no processo de sua construção.

6. RECURSOS E RESPONSABILIDADES

6.1. Recursos e Responsabilidades para Implementação do PEPI

Conforme mencionado anteriormente, a implementação do PEPI começa antes mesmo da assinatura do Contrato de Empréstimo, conforme indicado abaixo:

- Orçamentos Democráticos Estaduais-ODE;
- Levantamento de demandas reprimidas do PB Rural Sustentável I

Participam dessa etapa equipes do Projeto, secretarias e entidades envolvidas.

Após a assinatura, outras partes são envolvidas como Prefeitos, Secretários Municipais, Presidentes de Conselhos, Presidentes de associações e cooperativas, Sindicatos e toda a população Rural do Estado.

7. MECANISMO DE ATENDIMENTO, INFORMAÇÕES E RECLAMAÇÕES

A gestão adequada das queixas relacionadas ao Projeto é um dos pilares de sustentação do presente Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI). Para a implementação de atividades de atendimento e gestão de reclamações, serão realizadas as atividades que se seguem.

O principal objetivo do Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR) é registrar, responder e resolver queixas e reclamações de maneira oportuna, eficaz e eficiente e que satisfaça todas as partes envolvidas. Neste sentido, deve proporcionar o recebimento de reclamações de pessoas que possam ser afetadas por intervenções específicas do Projeto e, também, atender às preocupações do público sobre o desempenho ambiental e social. Em suma, o mecanismo deve proporcionar às pessoas que temem ou sofrem impactos adversos a oportunidade de serem ouvidas e atendidas.

O Projeto PB Rural Sustentável II estabeleceu um Mecanismo de Atendimento a Reclamações, em linha com as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial e adequado aos públicos potencialmente afetados pelo Projeto e partes interessadas.

Por meio desse mecanismo, pretende-se receber essas preocupações ou afetações e analisá-las para chegar a um acordo mútuo para a resolução das reclamações, sempre buscando uma solução transparente e adequada para as partes interessadas. A existência de mecanismos como esse, como um componente integral de uma consulta mais ampla à comunidade, contribui para o estabelecimento de relações de confiança e cooperação e facilita as ações corretivas.

Serão divulgados canais de comunicação do PB Rural Sustentável para receber reclamações, solicitações e outras demandas provenientes dos trabalhadores e dos moradores das comunidades contempladas com a implementação do Projeto e sobretudo daqueles que serão afetados.

A gestão das solicitações de informação, retroalimentação (elogio, sugestão, etc.), reclamação e denúncia para as comunidades ocorrerá segundo os seguintes procedimentos:

- (i) O Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações do Projeto será um mecanismo culturalmente adequado ao público alvo;
- (ii) Os canais de comunicação do Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações serão divulgados nos sites e redes sociais, em placas instaladas ao longo das obras, bem como em cartazes e folders que serão afixados e distribuídos nas comunidades e locais públicos.
- (iii) Estará disponível para receber tanto reclamações como perguntas e sugestões.
- (iv) As solicitações serão analisadas e resolvidas de acordo com a sua natureza e complexidade.
- (v) Será garantido sigilo do nome do manifestante.
- (vi) O tempo de resposta ao manifestante não deverá passar de 20 dias corridos.

As solicitações de informações, reclamações e sugestões poderão ser feitas pelas comunidades e trabalhadores através dos seguintes canais de

comunicação:

- **Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba** (Email: ouvidoriageral@casacivil.pb.gov.br/ Telefone: 0800 0212310) será responsável por encaminhar, diariamente, as manifestações para a Ouvidoria do Projeto, através do Sistema Eletrônico. **A Ouvidoria do Projeto** também pode receber demandas diretas através de canais próprios (Email: ouvidoria@cooperar.pb.gov.br e whatsapp: (83) 998-3402).

A resposta para o manifestante deverá acontecer em um prazo de, até, 20 dias corridos.

Qualquer demanda vinda pelas Ouvidorias deverá ser registrada, pela equipe, em um formulário interno do Projeto.

- **Canal Próprio do PB Rural Sustentável II via WhatsApp Institucional** - Será aperfeiçoado o mecanismo já existente no PB Rural Sustentável I (*"Tira duvidas"*).

O nome será atualizado para melhor entendimento que o canal não se destina, apenas, a dúvidas, mas, também, a qualquer modalidade de comunicação e atendimento (orientações, elogios, queixas, reclamações, denúncias e outros) - *"Canal do Povo – PB Rural"*.

O canal permitirá o envio de mensagens de texto, áudios e imagens.

Todo o conteúdo recebido será registrado por meio de um formulário digital padronizado, alimentado pela equipe técnica do projeto.

Esse formulário também será utilizado para registrar queixas recebidas de forma presencial, garantindo que todas as manifestações fiquem concentradas em um único banco de dados;

Seguem os detalhes do fluxo a ser seguido pelo Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações com as respectivas responsabilidades institucionais (Anexo 01– Fluxograma Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações).

- **Exploração e Abuso Sexual (EAS) e Assédio Sexual (AS)**

No âmbito do Mecanismo de Queixas do Projeto, as manifestações que envolvam exploração e abuso sexual (EAS) ou assédio sexual (AS) receberão tratamento prioritário e seguirão protocolos específicos de encaminhamento e proteção das partes envolvidas.

Ao receber uma reclamação ou denúncia, a Ouvidoria e o canal do Projeto, realizarão triagem qualificada, visando confirmar a pertinência, verificar a suficiência das informações e identificar riscos imediatos à vítima ou à comunidade. Constatada a relevância, o caso será imediatamente encaminhado às autoridades competentes e órgãos especializados, garantindo a observância da legislação nacional, dos direitos das vítimas e da confidencialidade das informações.

Adicionalmente, os editais de licitação, contratos e demais instrumentos de aquisição vinculados ao Projeto deverão conter cláusulas específicas prevendo penalidades, medidas corretivas e procedimentos de resposta para casos de assédio, violência baseada em gênero e demais condutas relacionadas a EAS/AS, em conformidade com a legislação nacional e com as diretrizes internacionais aplicáveis.

- **Mecanismo de Queixas e Reclamações das Contratadas responsáveis pelas Obras**

Nos Componentes 2 e 3 do Projeto, está prevista a execução de obras por meio de empresas contratadas, cujo número, porte e nome somente serão conhecidos após a conclusão dos respectivos processos licitatórios. Em função dessa indefinição, não é possível, nesta fase de planejamento, descrever de forma detalhada os mecanismos internos de queixas e reclamações que eventualmente venham a ser adotados por cada contratada.

Entretanto, será exigido que todas as empresas contratadas adotem e promovam o uso do Mecanismo de Queixas e Reclamações (MQR) institucional do Projeto, conforme o fluxograma estabelecido no *Anexo 1*, assegurando padronização, rastreabilidade e tratamento adequado das manifestações. Para tanto, será realizado treinamento específico com funcionários e equipes de campo das empresas, contemplando orientações sobre:

- Procedimentos de registro, encaminhamento e acompanhamento das queixas;
- Garantia de confidencialidade e proteção contra retaliações;
- Divulgação ativa do MQR junto às comunidades e partes interessadas.

Essa abordagem garante que, independentemente da empresa contratada, o tratamento das manifestações seguirá critérios uniformes e compatíveis com o Projeto e com a legislação vigente.

7.1. Participação das Partes Interessadas nas Atividades de Monitoramento e Preparação de Relatórios.

Inicialmente, na etapa de preparação, as partes interessadas interagirão com os representantes da Projeto. Na etapa de execução dos subprojetos, essa relação das partes interessadas (especialmente aqueles diretamente afetados pelas atividades desenvolvidas) ocorrerá com a equipe Socioambiental do Projeto para fazer o monitoramento dos impactos socioambientais da implementação.

Na etapa de execução, será divulgado à comunidade os Mecanismos de Gestão de Informações e Reclamações que também poderão ser utilizados para esclarecimento de dúvidas e envio de queixas, reclamações e denúncias.

7.2. Indicadores

Os indicadores de monitoramento e avaliação do Projeto serão desenvolvidos para aferir, sistematicamente, os resultados obtidos em termos do atendimento das demandas das comunidades e as opiniões dos beneficiários diretos, incluindo a avaliação do PEPI, dentre outros fatores. Os indicadores ainda serão desenvolvidos ao longo da elaboração do Projeto. A seguir, alguns exemplos de indicadores de satisfação dos usuários em relação ao PEPI:

- Proporção de beneficiários satisfeitos com a divulgação das atividades e etapas do Projeto;
- Proporção de participantes satisfeitos com os eventos e palestras;
- Proporção de reclamações e solicitações de informações devidamente respondidas e relatadas.

Estes indicadores serão medidos e reportados semestralmente por meio de Relatórios de Progresso.

7.3. Relatórios

Relatórios semestrais serão preparados pela equipe da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) sobre a implementação das atividades previstas no PEPI. Os relatórios conterão informações sobre as atividades de divulgação de informações e engajamento de partes interessadas, número e o teor das interlocuções realizadas por meio de todos os canais especificados neste documento.

7.3.1. Apresentação de Relatórios às Partes Interessadas

As partes interessadas serão mantidas informadas, à medida que o Projeto se desenvolve, incluindo informações sobre o desempenho social e ambiental, a implementação do Plano de Engajamento das Partes Interessadas, a operação do mecanismo de queixas e os resultados das manifestações recebidas.

Os relatórios semestrais com as informações sobre as atividades de engajamento realizadas serão divulgados às partes interessadas e à população em geral por meio dos canais de comunicação do Projeto.

8. MONITORAMENTO E PREPARAÇÃO DE RELATÓRIOS

O Projeto PB Rural Sustentável II prevê, em seu Componente 4 – Gestão do Projeto, a estruturação das iniciativas de monitoramento e avaliação da execução. Dentre essas iniciativas estará a de monitorar o andamento e avaliar os resultados da implementação do PEPI.

Com base nas informações de monitoramento e avaliação, o PEPI será, periodicamente, revisado e atualizado, conforme necessário no curso da implementação do projeto, a fim de garantir que as informações apresentadas sejam consistentes, e que os métodos de engajamento identificados permaneçam apropriados e eficazes, em relação ao contexto do Projeto e às fases específicas do desenvolvimento. Além disso, quaisquer mudanças importantes nas atividades relacionadas ao Projeto, e em seu cronograma, serão devidamente refletidas no PEPI.

9. Cronograma e Orçamento

O engajamento das partes Interessadas ocorrerá, ao longo de todo o Projeto, desde sua concepção, preparação, até a execução e avaliação. Será gerenciada na

Unidade de Gestão do Projeto-UGP e executada juntamente com as atividades de cada Componente.

O orçamento estimado para as atividades em questão está contemplado no montante global do Componente 4, que engloba as *Ações de Comunicação e Divulgação do Projeto*, representando aproximadamente 8,2% do valor total alocado a esse Componente.

Adicionalmente, será possível mobilizar recursos provenientes de um grant no valor de US\$ 250.000,00, especificamente destinado a apoiar as atividades de preparação, planejamento e articulação inicial do PB Rural Sustentável II.

Essa alocação complementar visa garantir a adequada execução das ações de comunicação e divulgação, assim como fortalecer as etapas preliminares do projeto, assegurando alinhamento estratégico e eficiência operacional.

O cronograma será consolidado e divulgado.

ANEXOS

Anexo 01– Fluxograma - Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações

